



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

PROJETO DE LEI Nº 3.112, DE 2023

Adequa o procedimento da audiência de retratação nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher

Autora: Deputada LAURA CARNEIRO

Relatora: Deputada DELEGADA KATARINA

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 3.112, de 2023, de autoria da deputada Laura Carneiro, determina que a audiência preliminar prevista no art. 16 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), apenas aconteça por manifestação expressa da vítima, e apenas com o objetivo da retratação, e não o de confirmar a representação.

Como destaca a autora, busca-se com isso

“conferir maior segurança jurídica e respeito à autonomia da vítima, garantindo que a realização da audiência de retratação ocorra somente quando houver o desejo manifestado pela vítima em se retratar da representação inicial, evitando assim possíveis constrangimentos e assegurando que a decisão da vítima seja respeitada.”

O projeto em tela foi distribuído às Comissões de Defesa dos Direitos da Mulher e Constituição, Justiça e Cidadania,

A apreciação da proposição é conclusiva pelas Comissões e seu regime de tramitação é ordinário, conforme o art. 24, inciso II e art. 151, inciso III, ambos do RICD. Não foram apensados projetos de lei ao principal.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

No âmbito Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, não foram apresentadas emendas ao projeto, no prazo regimental.

É o relatório.

II - VOTO DA RELATORA

A proposição introduz dispositivos para assegurar que a audiência de retratação nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher apenas aconteça se houver manifestação expressa da vítima, apresentada antes do recebimento da denúncia.

Além disto, a proposição deixa claro que a referida audiência tem por finalidade confirmar a intenção de se retratar da representação ofertada, e não a de confirmar a representação.

Como sublinha a nobre autora, esta é uma disposição que está em conformidade com decisão proferida pela Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça:

“Em julgamento sob o rito dos recursos repetitivos (Tema 1.167), a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) definiu que “a audiência prevista no artigo 16 da Lei 11.340/2006 tem por objetivo confirmar a retratação, não a representação, e não pode ser designada de ofício pelo juiz. Sua realização somente é necessária caso haja manifestação do desejo da vítima de se retratar, trazida aos autos antes do recebimento da denúncia.”¹

Assim, não se trata de ato processual obrigatório determinado pela lei, configurando apenas um direito da ofendida, caso manifeste o desejo de se retratar. A audiência só precisa ser designada caso a ofendida queira se retratar da representação oferecida na fase do inquérito

Constata-se que a alteração legislativa pretendida contribuirá também para evitar a marcação de audiências desnecessárias, no caso em

¹ <https://www.stj.jus.br/sites/porta1p/Paginas/Comunicacao/Noticias/2023/09032023-Representacao-da-vitima-contra-autor-de-violencia-domestica-nao-precisa-ser-confirmada-em-audiencia.aspx>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

que não há a intenção da vítima de se retratar, garantindo maior rapidez aos processos que envolvem violência doméstica e familiar contra a mulher.

Não há dúvidas quanto ao mérito e à boa concepção da proposição sob análise nesta Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, o que nos leva a apoiá-la integralmente.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.112/23.

Sala da Comissão, em 23 de outubro de 2023.

Deputada Federal DELEGADA KATARINA
Relatora

